

Um fundador da Greenpeace explica a sua mudança

Patrick Moore foi um dos fundadores da Greenpeace no início dos anos 70. Os protestos contra as experiências das bombas de hidrogénio por parte do governo de Richard Nixon fizeram-no contactar com um grupo de ecologistas de Vancouver, cidade da zona onde nasceu. Esse seria o começo da organização.

Em "Confessions of a Greenpeace Dropout: The Making of a Sensible Environmentalist", Beatty Street Publishing Inc., Moore descreve o ambiente desses primeiros anos, em pleno apogeu do movimento *hippie*: "Cantávamos canções de protesto, bebíamos cerveja, fumávamos marijuana e passávamos geralmente bons momentos". Assim decorriam as viagens no barco de pesca que lhes deu fama internacional, sobretudo com a publicação de fotografias do ataque que sofreram da parte de barcos militares franceses, quando faziam um dos seus característicos protestos "zona zero".

Adianta também um dado significativo: dos membros fundadores da Greenpeace, ele era o único que tinha um doutoramento em Ecologia. Pela sua fama de rigoroso nos dados e pela sua recusa de fazer inchar esses mesmos dados, ganhou a alcunha de "Doutor verdade", que nem sempre era utilizado como um cumprimento.

No entanto, no início dos anos 80, o panorama mudou para Moore. Numa conferência sobre o meio ambiente que a ONU efectuava em Nairobi, descobriu o conceito de "desenvolvimento sustentável". Foi quando tomou consciência das duas posições que havia no seio dos activistas: os dos países desenvolvidos opunham-se por princípio ao desenvolvimento económico, enquanto que os dos países pobres eram favoráveis. "Era complicado rebater os seus argumentos", diz referindo-se a estes últimos. E acrescenta: "uma pessoa bem alimentada tem muitas preocupações, uma pessoa faminta tem apenas uma".

A partir desta conferência, Moore apercebeu-se de que o verdadeiro desafio era procurar o modo de fazer com que os valores ecológicos que tinham ajudado a criar, servissem para melhorar a vida das pessoas, e isto tinha de se realizar de

forma a não prejudicar o desenvolvimento económico: "era uma questão de equilíbrio, de difícil equilíbrio; não de aderir dogmaticamente a um princípio".

Por outras palavras, a sua nova missão exigia ser moderado e construtivo, dois aspectos que nunca tinham caracterizado a idiosincrasia da Greenpeace: "Não tínhamos tido problemas com confrontos – tínhamos feito passes de mágica com eles –, mas não éramos bons a cooperar nem a conseguir compromissos".

E aqui começou a distanciar-se dos outros membros da Greenpeace: "Ao mesmo tempo que me transformava em menos militante e mais diplomata, os meus colegas tornaram-se mais extremistas e intolerantes com as opiniões discordantes na organização".

O outro responsável pelo seu afastamento da Greenpeace foi um facto paradoxal: tendo as instituições começado a aceitar grande parte das posições do movimento verde, os seus membros foram adoptando opiniões mais radicais. "Quando a maioria das pessoas concorda com as tuas ideias razoáveis, a única forma que te resta para continuar a ser contestatário e anti-sistema é adoptar posições mais extremas", diz Moore. Com o fim da Guerra Fria e a queda do bloco soviético, o movimento pacifista desmantelou-se, e muitos dos seus componentes foram desembocar na Greenpeace, com ideias que tinham mais a ver com a rejeição do capitalismo e da globalização, do que com a ciência ou a ecologia.

A partir de então, o autor conduziu a guerra por sua conta. Continua a ser um ecologista activo – dirige o grupo "Greenspirit Strategies" de Vancouver –, mas modificou algumas das suas posições, e, conforme afirma, não por acomodamento, mas por realismo. O conceito que sustenta as suas novas propostas é o de sustentabilidade, que exige "compreender a espécie humana como um elemento positivo na evolução" e não como um erro fatal da Natureza.

No livro agora publicado, Moore concretiza algumas dessas novas propostas, na sua maior parte opostas ao discurso oficial do movimento ecologista contemporâneo. Entre outras coisas, pensa que devemos plantar mais árvores e utilizar mais madeira, em vez de cortar menos árvores e usar menos madeira, pois a madeira é o material renovável mais importante. Considera que a energia nuclear, que demonstrou

ser limpa e segura, é essencial para o nosso futuro fornecimento energético. É favorável aos alimentos geneticamente modificados, para melhorar a nutrição no mundo. Não vê nada de mal se os países que gozam de importantes potenciais de energia hidroeléctrica construam as centrais necessárias para a explorar. E, em resumo, pensa que a pobreza é o pior problema ambiental.

O futuro do microcrédito

Em 1974, a ideia do microcrédito impulsionada pelo professor catedrático de Economia do Bangladesh, Muhammad Yunus, constituiu uma revolução no âmbito do desenvolvimento e tornou-o merecedor, em 2006, do Prémio Nobel da Paz. Passaram mais de três décadas e meia desde que o “banqueiro dos pobres” impulsionou esta iniciativa e menos de um lustro desde que recebeu aquele galardão, e já este novo conceito de empréstimo se converteu no centro de um debate sobre o desenvolvimento e a cooperação, especialmente na Índia. O microcrédito nasceu no Bangladesh como alternativa aos empréstimos de utentes que pagam taxas de juro de até 100% ao ano. O sucesso do modelo do Grameen Bank, criado por Yunus em 1976 para articular a sua iniciativa, levou a que os agentes deste, inicialmente, pequeno sector, se tenham multiplicado em poucos anos e, inclusivamente, se hajam integrado, como mais um departamento, em bancos prestigiados. “Existem diversas aproximações a esta indústria em função do modelo de negócio e da estratégia de cada entidade financeira”, salienta Ricardo Olábarri Santos, especialista em micro-finanças. “Não só créditos, como também outros produtos e serviços financeiros, tipo micro-finanças produtivas, emissões de títulos ou valores mobiliários de empresas micro-financeiras ou como mais uma parte da banca de consumo.”

Nos países em desenvolvimento, os microcréditos oscilam entre os 75 e os 300 dólares, dirigidos especialmente a mulheres que, por vezes, se organizam colectivamente para enfrentar a devolução das quantias recebidas. 80% dos mais de cem milhões e meio de pessoas que receberam microcréditos estão na Ásia.

A princípio, o trabalho dos grupos sem fins lucrativos e os pequenos empréstimos aos pobres pareciam um caminho promissor para que milhões de pessoas saíssem da pobreza. Mas, na busca de lucros, o micro-financiamento levou algumas empresas de todo o mundo a conceder empréstimos a camponeses pobres a taxas de juro elevadas, sem ter em conta a sua escassa capacidade de os devolver.

Há alguns meses, o *International Herald Tribune* contava a história de Durgamma Dappu, uma viúva, que trabalha no campo em Madoor (Índia), a qual pedira um crédito a uma empresa privada de micro-financiamento para construir uma

casa. Empréstaram-lhe 200 dólares apesar de nunca ter tido uma conta bancária nem alguma vez ter recebido um salário com regularidade. Mal tinha possibilidades de devolver o empréstimo e, para fazê-lo, teve de pedir outro empréstimo a uma empresa diferente e, a seguir, ainda a uma outra, até acumular uma dívida de 2.000 dólares. Meses depois fugiu da localidade e a sua família perdeu a sua pequena terra.

“Quando se solicita o empréstimo dizem-nos que não nos preocupemos, que é fácil de devolver”, explica ao jornal, K. Shivamma, que confiava poder mudar radicalmente vários anos de perda de colheitas provocadas pela seca e que acabou por ter de vender o televisor, o telefone e até os dois búfalos que tinha comprado com o empréstimo.

Os casos de Dappu e Shivamma são dois, em milhares, que tiveram um desenlace parecido, ao ponto de muitos políticos locais terem acusado o sector de obter enormes lucros à custa dos pobres. A ideia original era que os microcréditos fossem concedidos a pequenos empreendedores locais. Estes constituíam um grupo de prestatários – na sua grande maioria mulheres – que respondiam em conjunto pela devolução dos empréstimos. Depois entraram no sector empresas que começaram a emprestar sem se preocuparem com a solvência do cliente e com as perspectivas da actividade para a qual era solicitado o crédito. Só queriam fazer dinheiro e os seus clientes ficaram muitas vezes envolvidos em dívidas.

No Estado do Andhra Pradesh, os políticos encorajaram os prestatários a deixarem de devolver os créditos. E como neste Estado se localizam 35% dos microcréditos efectuados na Índia, a crise ameaça vir a pôr em risco todo este sector.

Quem iria dizer aos bancos indianos – os quais proporcionaram cerca de 80% do dinheiro emprestado pelas empresas de microcréditos – que, depois de terem passado a salvo a grande crise financeira mundial, se veriam afectados pela elevada percentagem de incumprimento com origem nos microcréditos, atingindo um capital de 4.000 milhões de dólares?

Esta situação levou a que alguns políticos e trabalhadores sociais indianos tenham concluído que as micro-finanças poderiam converter-se na versão indiana da derrocada das hipotecas *subprime* dos Estados Unidos. “Pode ser uma comparação exagerada quanto ao volume, mas é verdade que pelo número de pessoas potencialmente afectadas, o impacto poderia ser significativo. Contudo, a causa disso não seria unicamente a ambição desmedida de alguns microbanqueiros, e sim a falta de regulamentação e supervisão específica das micro-finanças no país”, explica Ricardo Olábarri Santos.

Mas a regulamentação está a chegar. As taxas de juro nos microcréditos – entre 20% e 50% ao ano – são elevadas, pois existe um maior risco ao emprestar a clientes que nunca receberam um crédito e não têm propriedades.

Dada a situação, governos desta zona da Ásia como o do Bangladesh, limitaram a taxa de juro anual que é possível

impor a estes créditos nos 27%. Na Índia e no Andhra Pradesh têm vindo a tomar-se iniciativas similares.

Apesar de serem decisões que foram tomadas pelo desejo de evitar que os pobres fiquem aprisionados pelas dívidas, segundo a revista *The Economist*, não são as mais correctas.

A análise que faz da situação o semanário inglês, conclui que forçar para a baixa as taxas de juro através do intervencionismo estatal travaria a entrada de novos prestamistas no sector e reduziria a concorrência, fazendo com que a longo prazo os pobres tivessem um acesso mais difícil, senão impossível, aos microcréditos. A história regressaria ao ponto de partida, situação em que os mais pobres poderiam de novo ser explorados pelos ferozes prestamistas locais que proporcionam a maioria dos créditos nos países pobres (82% contra 11% emprestado por empresas de micro-finanças).

A revista *The Economist* avança como modelo de ambiente adequado para as micro-finanças, o caso do Peru, em parte porque o regulador soube definir e impulsionar regras com sucesso, permitindo um cenário mais estável para este sector.

A capacidade do microcrédito para tirar as pessoas da pobreza também é discutida entre os economistas. Dois estudos rigorosos de programas de micro-crédito realizados nas Filipinas e na Índia parecem ter concluído que não são a panaceia.

Estes estudos confirmam que o microcrédito permite aos clientes realizar compras importantes para o seu lar ou para o seu trabalho, que de outro modo não teriam podido fazer. Mas passados 18 meses, não se constata uma transformação significativa na vida dessas famílias. O microcrédito verifica-se ser mais apto para financiar actividades familiares de consumo, que verdadeiras empresas criadoras de emprego.

A. L.

Cimeira Mundial do Microcrédito em 2011

A primeira Cimeira Mundial do Microcrédito, que foi realizada em Washington no ano de 1997, colocou os alicerces do que seria a actividade de microcrédito dos finais do século XX e início do século XXI. O modo de reorientar o sector do microcrédito no meio de uma crise financeira como a actual será, sem dúvida, um dos principais temas de discussão da Cimeira Mundial do Microcrédito que se realizará em Valladolid (Espanha) neste ano de 2011 (14-17 de Novembro).

O último "Informe del Estado de la Campaña de la Cumbre del Microcrédito 2009" pintava já um quadro mais sombrio da expansão financeira em 2008 e 2009. A Campanha entrevistou

vários líderes de instituições deste sector da micro-finança e houve alguns temas comuns em todas as respostas. Muitos dos inquiridos já observavam, na altura, o custo crescente e a diminuição dos fundos dos mercados comerciais e previam a crise de liquidez que o sector micro-financeiro teria de enfrentar.

Dados

No plano mundial, em 31 de Dezembro de 2007, 3.552 instituições de microcrédito tinham servido 154,8 milhões de clientes, dos quais 106,6 milhões se encontravam entre os mais pobres quando obtiveram o seu primeiro empréstimo. De entre estes últimos, 83,4% eram mulheres.

Das 3552 instituições micro-financeiras, 935 encontram-se na África subsariana, 1.727 na Ásia e no Pacífico, e 613 na América Latina. Nos países industrializados, existem 127 instituições na América do Norte e Europa Ocidental, e 65 na Europa Oriental e Ásia Central.